

de 28 de novembro e do artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro.

28 — Não tendo ainda sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento e até à sua publicação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

8 de fevereiro de 2017. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Velhinho Amarelinho*.

310256611

MUNICÍPIO DE BAIÃO

Aviso n.º 2097/2017

Para os devidos efeitos, após homologação datada de 11 de janeiro de 2017, torna-se público que se encontra disponível em www.cm-baião.pt e afixada da Secção de Gestão de Recursos Humanos, sito no Edifício dos Paços do Município, na Praça Heróis do Ultramar — Campelo — Baião, a lista unitária de ordenação final dos candidatos admitidos no procedimento concursal comum, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 11 de julho de 2016, para ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico — Referência C.

12 de janeiro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Paulo de Sousa Pereira*.

310239723

MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO

Aviso n.º 2098/2017

Para os devidos efeitos, torna-se público que por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 10 de janeiro de 2017, foi anulado o procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, com licenciatura em direito, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, na 2.ª série, n.º 96, de 18 de maio de 2016.

9 de fevereiro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Monteiro Mota Silva*, Dr.

310261139

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 2099/2017

Alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa

Nos termos da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 3/DMU/2016, publicado no Boletim Municipal n.º 1169 de 14 de julho de 2016, torna-se público que, ao abrigo do n.º 7 do artigo 123.º e da alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a Assembleia Municipal de Lisboa deliberou, em Reunião de 13 de dezembro de 2016, através da Deliberação n.º 439/AML/2016, aprovar a Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, incluindo a respetiva Planta de Ordenamento — Planta de Qualificação do Espaço Urbano, que se publica em anexo, para o seguinte imóvel desafeto do domínio público militar:

Hospital da Marinha, sito no Largo Dr. Bernardino António Gomes (Pai) e Rua do Paraíso, 7 e 9, em Lisboa (de espaços consolidados de uso especial de equipamentos para espaços consolidados centrais e residenciais — Traçado urbano A).

Torna-se ainda público que, nos termos do artigo 94.º e do n.º 2 do artigo 193.º do citado Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a referida Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa poderá ser consultada no sítio eletrónico da Câmara Municipal de Lisboa, no endereço <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>, no Centro de Informação

Urbana de Lisboa (CIUL), sito no Picoas Plaza, na Rua do Viriato n.º 13 a n.º 17 ou no Centro de Documentação, sito no Edifício Central da Câmara Municipal de Lisboa, no Campo Grande, n.º 25, 1.º F.

12 de janeiro de 2017. — O Diretor do Departamento de Planeamento, *Paulo Prazeres Pais*.

DELIBERAÇÃO

Através da Deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa n.º 439/AML/2016, de 13 de dezembro de 2016, foi aprovada por maioria, a Proposta n.º 491/CM/2016, relativa à Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de fevereiro, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, com votos a favor (PS, PSD, PCP, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 5 Independentes) e com votos contra (BE e PEV).

12 de janeiro de 2017. — O Diretor do Departamento de Planeamento, *Paulo Prazeres Pais*.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

37892 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_37892_1.jpg

37893 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_37893_2.jpg
610261033

Aviso n.º 2100/2017

Conclusão do período experimental

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho de 5 de julho de 2016, do Senhor Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, foi determinado a conclusão com sucesso, do período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior (Gestão do Ambiente e Território), aberto pelo Aviso n.º 12450/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 08 de outubro de 2013, dos seguintes trabalhadores: António Luís Mendes Costa e Pedro Hugo Veiga Desidério, a que corresponde a 2.ª posição remuneratória e o nível remuneratório 15, na carreira de técnico superior, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

(Competência subdelegada — Despacho n.º 4/DMRH/15, de 1 de setembro, publicado no Boletim Municipal n.º 1125, de 10 de setembro de 2015, alterado pelo Despacho n.º 8/DMRH/15, de 6 de novembro, publicado no Boletim Municipal n.º 1134, de 12 de novembro de 2015)

6 de fevereiro de 2017. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

310259333

MUNICÍPIO DE MANGUALDE

Aviso n.º 2101/2017

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi extinta a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com o colaborador Adelino Pais Mendes, Assistente Operacional, por motivo do seu falecimento ocorrido em 23/01/2017.

8 de fevereiro de 2017. — O Presidente da Câmara, *João Nuno Ferreira Gonçalves de Azevedo*.

310248293

MUNICÍPIO DA MOITA

Aviso n.º 2102/2017

Para cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, torna-se público que por motivo de aposentação, no ano de 2016, cessaram a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, os seguintes trabalhadores do mapa de mapa de pessoal deste Município:

01/03/2016 Orquídea Irene Carvalho Vedor, Assistente Operacional;
01/05/2016 Vítor Manuel Cândido Silva Matos, Assistente Operacional;
01/05/2016 Francisco Miranda Leandro, Assistente Operacional;
01/06/2016 José Manuel Mendes Gomes Silva, Assistente Operacional;